

**Viso: Cadernos de estética aplicada**

Revista eletrônica de estética

ISSN 1981-4062

Nº 29, jul-dez/2021

<http://www.revistaviso.com.br/>

**Viso.**

**Lucidez diante da barbárie**

Pedro Sússekind

Universidade Federal Fluminense (UFF)  
Niterói (RJ)

## RESUMO

### Lucidez diante da barbárie

Para comentar o ensaio "Primo Lévi, razão, narração, lacunas", de Jeanne Marie Gagnebin, exploro a herança iluminista do narrador sóbrio e meticuloso de *É isto um homem?* e proponho uma aproximação entre esse livro e *Dialética do esclarecimento*, de Adorno e Horkheimer. Considero que as duas obras, publicadas em 1947, logo após o fim da II Guerra Mundial, lidam com uma questão histórica subjacente: Como o projeto europeu das Luzes, que levou à queda do Antigo Regime e fundamentou as constituições dos Estados democráticos modernos, pode ter resultado no totalitarismo, no fascismo, na barbárie?

#### Palavras-chave

Lévi; Adorno; Horkheimer; Esclarecimento; Holocausto

## ABSTRACT

### Lucidity in the Face of Barbarity

To comment on the essay "Primo Lévi, reason, narration, gaps", by Jeanne Marie Gagnebin, I discuss the Enlightenment legacy of the sober and meticulous narrator of *Is this a man?* and suggest a convergence between this book and *Dialectic of Enlightenment*, by Adorno and Horkheimer. In my view, both works, published in 1947, shortly after the end of World War II, deal with an underlying historical question: How the European Enlightenment project, which led to the fall of the Ancien Régime and founded the constitutions of modern democratic national states, could it have resulted in totalitarianism, fascism, barbarity?

#### Keywords

Levi; Adorno; Horkheimer; Enlightenment; Holocaust

SÜSSEKIND, Pedro. “Lucidez diante da barbárie”. Viso: Cadernos de estética aplicada, v. 15, n° 29 (jul-dez/2021), p. 481-494.

DOI: [10.22409/1981-4062/v29i/429](https://doi.org/10.22409/1981-4062/v29i/429)

Aprovado: 28.12.2021. Publicado: 30.01.2022.

© 2021 Pedro Sússekind. Esse documento é distribuído nos termos da licença **Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional** (CC-BY-NC), que permite, exceto para fins comerciais, copiar e redistribuir o material em qualquer formato ou meio, bem como remixá-lo, transformá-lo ou criar a partir dele, desde que seja dado o devido crédito e indicada a licença sob a qual ele foi originalmente publicado.

Licença: [http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR)

Accepted: 28.12.2021. Published: 30.01.2022.

© 2021 Pedro Sússekind. This document is distributed under the terms of a **Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International** license (CC-BY-NC) which allows, except for commercial purposes, to copy and redistribute the material in any medium or format and to remix, transform, and build upon the material, provided the original work is properly cited and states its license.

License: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Para comentar o ensaio “Primo Levi, razão, narração, lacunas”, de Jeanne Marie Gagnebin, decidi reler no início de 2021 “É isto um homem?”, o livro mais conhecido de Primo Levi. Minha impressão, em um momento de pandemia, de isolamento social e de catástrofe política no Brasil, ecoou aquela que é indicada no ensaio que devo comentar. Além do impacto da lembrança de um projeto abominável posto em prática em meados do século passado, eu senti “uma desolação infinita”, para retomar a expressão de Gagnebin. Essa desolação diz respeito ao que há de atual na voz que descreve objetivamente o Holocausto.

Evidentemente, desde a sua publicação em 1947, a qualquer momento que fosse lido, o relato de Levi sobre sua experiência como prisioneiro de Auschwitz, testemunho impressionante e aterrorizante da máquina de morte e de desumanização criada pelos nazistas, ficaria gravado na memória do leitor. No entanto, dez ou quinze anos atrás, quando eu li pela primeira vez o livro, tinha a convicção de que ele falava sobre o passado: um período tenebroso da história recente que precisava ser lembrado, mas era já superado, vencido, nunca mais se repetiria.

Jeanne Marie Gagnebin situa precisamente o momento em que seu comentário foi escrito: no Rio de Janeiro de 2019, “no presente desastre”, como ela escreve. Lendo isso em 2021, as palavras parecem proféticas, porque o desastre mencionado se referia apenas à situação política absurda em que se encontrava a cidade do Rio de Janeiro, e o país todo, mas a pandemia ainda não tinha começado. Se não fosse pela data, a expressão “no presente desastre” nos faria pensar imediatamente na situação sanitária aterrorizante que vivemos um ano depois, com mais de meio milhão de mortos, uma situação em grande parte alimentada e potencializada pelo negacionismo e pela política genocida de um governo de extrema direita. Portanto, quando a autora comentava Levi, ainda não sabíamos a dimensão do presente desastre, diante do qual aquela desolação provocada pela leitura de *É isto um homem?* se torna ainda mais evidente, ainda mais inevitável.

Ao avaliar o forte impacto causado pelos testemunhos de Levi, Gagnebin considera que ele talvez venha do tom que o autor adota ao narrar o inominável: um tom “sóbrio, preciso, quase neutro”. Tendo esse tom em mente, a hipótese de leitura proposta no ensaio diz respeito à relação do texto com a *Aufklärung*, ou melhor, com a racionalidade iluminista. Isso porque Levi, um químico italiano que se tornou escritor, tem a postura de um homem esclarecido, que usa o seu entendimento por si próprio para decifrar o mundo. Trata-se de um herdeiro do Iluminismo, mas desprovido do otimismo que, no projeto concebido no século XVIII, acompanhava a confiança na razão humana e no seu potencial emancipatório ou civilizatório.

A lucidez de Levi lhe permite enxergar, na situação absurda que ela esclarece, duas dimensões diferentes da racionalidade. Exposta a algo de inominável, de monstruoso, a razão se vê anulada, impedida de ser exercida. Esta é a primeira dimensão: o interdito de qualquer compreensão. A sabedoria dos prisioneiros mais antigos de Auschwitz, segundo Levi, era a seguinte: “Não tentar compreender, não imaginar o futuro, não atormentar-se pensando como e quando tudo isso acabaria, não fazer perguntas nem aos outros nem a nós mesmos”.<sup>1</sup> Quando o único esforço válido era tentar sobreviver a qualquer custo por mais um dia, qualquer tentativa de compreensão se mostrava um desvio, uma perda de tempo e de energia. A gíria para dizer “nunca”, na linguagem dos prisioneiros, era “amanhã cedo”. No microcosmo do campo de concentração, o que importava era o empenho desesperado, a cada dia, para não morrer de esgotamento, de frio ou de fome. Por outro lado, essa razão depauperada, reduzida à obediência, submetida à violência e cercada pela morte, compreendia algo: que essa violência obedecia também a uma racionalidade. Tratava-se de um projeto racional, altamente organizado, de aniquilação de uma parte da humanidade.

O campo de concentração funcionava de acordo com regras rígidas, seguia uma rotina ordenada. Para explorar até as últimas forças dos prisioneiros reduzidos à condição de bestas de carga sub-humanas, todas as manhãs a marcha para o trabalho era

acompanhada por uma banda de música que tocava canções folclóricas, cujo ritmo impelia os passos vacilantes dos trabalhadores forçados no caminho enlameado ou coberto de neve. Quem sobrevivia, chegava a aprender também a “macabra ciência dos números de Auschwitz, na qual se resumem as etapas da destruição do Judaísmo europeu”.<sup>2</sup> As cifras tatuadas nos braços revelavam a origem e a condição de cada um.

Assim, os relatos de Levi se caracterizam por manter a lucidez da narrativa mesmo diante de uma experiência absolutamente sem sentido. Ao descrever racionalmente algo que impõe à razão o imperativo de não compreender, ele ao mesmo tempo revela, com esse exame racional de acontecimentos, o quanto a destruição e a submissão são organizadas racionalmente. O testemunho claro, lúcido e coerente não pode ter mais nenhuma ilusão otimista sobre o poder da racionalidade.

A constatação daquelas duas dimensões da racionalidade, uma ligada ao esforço de compreender o inominável, outra, ao sistema organizado de destruição e morte, remete a uma questão histórica subjacente: Como o projeto europeu das Luzes, que levou à queda do Antigo Regime e fundamentou as constituições dos Estados democráticos modernos, pode ter resultado no totalitarismo, no fascismo, na barbárie? Como indica Gagnebin, nesse sentido o testemunho de Levi se aproxima das reflexões desenvolvidas por Adorno e Horkheimer no livro *Dialética do Esclarecimento*, também publicado em 1947, especialmente no capítulo “Elementos do antissemitismo. Limites do Esclarecimento”.

Com base nessa indicação, proponho explorar a chave de leitura do livro de Levi baseada no conceito de Esclarecimento, mas usando como referência a ideia inicial da obra de Adorno e Horkheimer, tal como definida no “Prefácio”: “descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie”.<sup>3</sup>

Adoto como ponto de partida para explorar essa relação problemática entre Esclarecimento e barbárie uma observação aparentemente contraditória: o mesmo problema que foi

pensado pelos filósofos de Frankfurt e denunciado nos relatos de Levi serviu, ao longo do século XX, como um argumento empregado por intelectuais cristãos reacionários contra o Esclarecimento. Posso mencionar o exemplo do papa João Paulo II, que em seu livro *Memória e identidade* critica o Renascimento e o Iluminismo por terem substituído a busca da salvação, de acordo com a doutrina cristã, pela busca da felicidade.<sup>4</sup> Sem Deus, decidindo por si mesmo, o homem está sujeito aos erros e aos desejos do homem, à tentação, à maldade. Com isso, quem exerce o poder pode decidir aniquilar racionalmente seus adversários, sem compaixão, como fizeram os nazistas no Holocausto. Até o posicionamento do papa contra o aborto se baseia num exagero dessa argumentação conservadora: “E quando ‘um parlamento autoriza a interrupção de gravidez, admitindo a supressão da criança a nascer?’”, ele não age muito diferentemente desse outro parlamento que deu plenos poderes a Hitler e abriu por aí uma via à “solução final”.<sup>5</sup>

Quem menciona essa argumentação do papa é Todorov, em um capítulo de seu livro *O espírito das luzes* chamado “Rejeições e desvios”. João Paulo II aparece ao lado do poeta T. S. Eliot, autor em 1939 de um ensaio intitulado “A ideia de uma sociedade cristã”. Para defender a restauração dessa tal sociedade cristã, ambos abordam o vínculo entre Iluminismo e totalitarismo, indicando que o projeto das Luzes teria resultado em regimes que levaram a extermínios, prisões e sofrimentos infligidos a milhões de pessoas. Mas ambos atribuem esse vínculo ao fato de que no século XVIII, tendo rejeitado Deus, os homens teriam ficado responsáveis eles mesmos pelos critérios do bem e do mal. Embriagados por sua capacidade de compreender o mundo, teriam passado a transformá-lo de acordo com seus ideais humanos, terrenos, falíveis.

Ora, essa visão conservadora da história europeia escamoteia a diferença entre Estados totalitários e Estados democráticos, que têm sua origem comum no pensamento das Luzes. Mas o problema mais grave é que ela desconsidera ou distorce o papel da Igreja católica na política, omitindo os muitos exemplos de regimes autoritários ou de violências totalitárias que tiveram

como base exatamente a defesa da fé cristã. O argumento cria a imagem de um mundo cristão pré-iluminista supostamente correto e justo, sem levar em conta os massacres e perseguições de protestantes e de pagãos, ou o genocídio que foi o processo de colonização. Como se as decisões tomadas em nome de Deus não fossem de responsabilidade de homens, supostamente capazes de interpretar os desígnios divinos, mas na verdade igualmente falíveis, motivados por projetos de poder. Além de distorcer o passado, essa argumentação falaciosa também obscurece a compreensão do presente, em um mundo pós-iluminista no qual a relação promíscua entre religião e política continua a motivar regimes autoritários, e o conservadorismo nos costumes sustenta projetos ditatoriais, explorações, violências contra minorias, genocídios.

Para Todorov, as propostas conservadoras de rejeição do Iluminismo são dirigidas na verdade a desvios do espírito das luzes. Desse modo, o que se rejeita é o oposto do que o próprio Iluminismo propunha. Mas Adorno e Horkheimer nos ensinaram que isso faz parte da própria dialética do esclarecimento. A conversão do projeto das Luzes em seu oposto não foi apenas um desvio, e sim um passo adiante na história da razão, no movimento do irracional ao racional e de volta ao irracional, da barbárie à civilização e de volta à barbárie. Ocorreu com o espírito das Luzes o que sempre ocorre com o pensamento triunfante: “Se ele sai voluntariamente de seu elemento crítico como um mero instrumento a serviço da ordem existente, ele tende, contra sua própria vontade, a transformar aquilo que escolheu como positivo em algo de negativo, de destrutivo”.<sup>6</sup> Identifica-se aqui uma metamorfose da crítica na afirmação: “A filosofia que, no século dezoito, apesar das fogueiras levantadas para os livros e as pessoas, infundia um medo mortal na infâmia, sob Bonaparte já passava para o lado desta”.<sup>7</sup>

Em vez do “plano oculto da natureza para estabelecer uma constituição política perfeita” pensado por Kant como o sentido da história<sup>8</sup>, temos a regressão do Esclarecimento a uma nova mitologia, que encobre um mecanismo de autodomação e controle social. Assim, como mostram Adorno e Horkheimer, a



racionalidade que deveria emancipar o homem e promover uma sociedade justa e igualitária converteu-se em instrumento de dominação.

A relação entre a proposta dos filósofos da Escola de Frankfurt e o testemunho de Levi se explicita na famosa frase formulada por Adorno no final do texto “Crítica cultural e sociedade”, de 1949: “A crítica cultural encontra-se diante do último estágio da dialética entre cultura e barbárie: escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas”.<sup>9</sup>

Volto então ao livro de Levi, o químico italiano preso pela polícia fascista e mandado para Auschwitz. Esse homem de ciência insiste na razão em tempos que parecem irracionais, como se examinasse sua própria experiência em um laboratório. Ele busca a clareza da escrita num ambiente monstruosamente obscuro, aplica uma racionalidade iluminista à lógica incompreensível da destruição em massa. Seus testemunhos propõem, assim, uma reflexão sobre as possibilidades do uso da razão sob o mais terrível jugo.

Como comenta Jeanne Marie Gagnebin, talvez a maior violência, no meio de toda a brutalidade e tortura física dos prisioneiros famintos, submetidos ao trabalho forçado no inverno polonês, fosse esta: a obrigação de desistir da tentativa de compreensão. Quando acabou de chegar ao campo, passando sede, Levi conta que tentou pegar um pedaço de gelo em uma janela e foi repellido por um guarda. *Warum?*, [Por quê?], ele pergunta. E a resposta é: *Hier ist kein Warum* [Aqui não existe por quê]. O prisioneiro que escutou essa resposta observa: “A explicação é repugnante, porém simples: neste lugar tudo é proibido, não por motivos inexplicáveis e sim porque o campo foi criado para isso”.<sup>10</sup>

*Hier ist kein Warum* pode expressar a violência maior do fascismo: a negação do entendimento, do uso livre da razão, que para Kant era o traço característico da humanidade e o exercício da liberdade. Não é à toa que o título do livro, *É isto um homem?*, remete a uma pergunta fundamental da filosofia kantiana: O que

é o homem? Essa indagação está ligada à razão prática, ao campo de atuação no qual a ideia de liberdade e a afirmação da vontade definem o ser humano racional. Esse tema ético constitui, por sua vez, o fundamento de uma noção política baseada nas tentativas de um entendimento comum, capaz de estabelecer as normas para uma organização justa da vida social.

Ao lembrar o episódio do enforcamento de um prisioneiro rebelde a que todos tiveram de assistir, Levi comenta seus pensamentos aos pés da forca: “Destruir o homem é difícil; quase tanto como criá-lo: custou, levou tempo, mas vocês, alemães conseguiram. Aqui estamos, dóceis sob o seu olhar; de nós, vocês não têm mais nada a temer”.<sup>11</sup> Contra a lógica da destruição que reduz o homem a nada, o prisioneiro que sobreviveria insistiu, contudo, em seu testemunho lúcido, racional, que examinava o inominável, que tentava descrevê-lo. Mas o que pode a razão diante da barbárie? Essa é uma pergunta fundamental em uma época na qual o fascismo surge, ou ressurge.

Atualmente, no Brasil, assim como em outros países pelo mundo, assistimos à chegada ao poder de um governo populista com discurso conservador e reacionário, repetindo argumentos com os quais, na Itália e na Alemanha de meados do século XX, a extrema-direita manipulou ideologicamente as massas, com seus desejos de afirmação, de autoconservação, de manutenção de privilégios, seu egoísmo, seu ódio contra a mudança ou o diferente. Ao conservadorismo dos costumes, vem somar-se, nessa repaginação do velho reacionarismo conservador, a doutrina neoliberal na economia, que permite esconder sob uma lógica fria de números e siglas a exploração, a desigualdade e a manutenção dos privilégios.

No Prefácio de *Dialética do Esclarecimento*, Adorno e Horkheimer declaram não ter dúvida “de que a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor”. No entanto, eles acreditam “ter reconhecido com a mesma clareza que o próprio conceito desse pensamento, tanto quanto as

formas históricas concretas, as instituições da sociedade com as quais está entrelaçado, contém o germe para a regressão que hoje tem lugar por toda parte”.<sup>12</sup>

Faço essa digressão para retomar o tema da assustadora atualidade do livro de Levi que mencionei no início deste texto. Seu relato nos obriga a refletir sobre os desafios que a regressão impõe. Uma lição de Levi que não devemos esquecer é a da insistência no ato de *transmissão*, na *narração* exatamente daquilo que se apresenta como absurdo e inominável. Nesse sentido, ele fala também do papel do intelectual em tempos sombrios. Não se trata de uma correção das pulsões destrutivas humanas, de solucionar a questão do Mal, mas de chamar a atenção para fragilidade de um mundo coerente, racional, justo, que às vezes, em certas circunstâncias históricas, tomamos como algo garantido.

Gagnebin menciona, no final de seu ensaio, uma “zona cinzenta” em que nos encontramos agora, “nós, gente simpática e covarde que não quer morrer e, portanto, fecha os olhos e obedece”. Ela acrescenta: “Claro, tribunais e condenações são absolutamente necessários para enunciar os crimes, nomear e punir os criminosos (justamente aquilo que no Brasil não foi feito depois da ditadura e que faz falta até hoje), tentar restabelecer algumas regras de vida ‘reta’ como diria Adorno”.

Considero que a autora provavelmente tinha em mente, ao escrever essas observações, o fato de que iniciativas como a instalação da Comissão da Verdade, em 2014, posteriormente motivaram militares raivosos e seus simpatizantes para, aproveitando o caos político criado pelo golpe jurídico-parlamentar de 2016, promover uma regressão à mentira, a ponto de vivermos hoje sob um governo que comemora o início da ditadura militar e repete os velhos chavões da Guerra Fria de um combate ao comunismo.

À regressão na avaliação histórica vem somar-se uma outra, no plano social, já que as políticas afirmativas promovidas pelos governos de esquerda que comandaram o país nas primeiras décadas deste século podem estar na base do violento

reacionarismo burguês que criou o apoio tanto para o golpe, quanto para a posterior eleição de um político reacionário de extrema-direita que defende o revisionismo histórico a favor da ditadura e dos seus torturadores. Nos brados revoltados das famílias burguesas que saem às ruas vestidas com as cores do Brasil, ressoa o ódio contra ações que possibilitaram o acesso dos filhos de famílias pobres e dos negros às universidades, ou que concederam direitos trabalhistas a empregadas domésticas e lavradores que até recentemente viviam (e ainda vivem ou correm o risco de viver) sob um regime velado ou abertamente escravocrata. Nas falas cinicamente sóbrias dos cidadãos de bem que justificam seu conservadorismo reacionário recorrendo ao velho argumento da caça aos corruptos, revelam-se os traços da racionalidade usada como instrumento de legitimação de um projeto autoritário.

Como diagnosticou o “Prefácio” da *Dialética do Esclarecimento* na década de 1940, podemos dizer agora:

A disposição enigmática das massas educadas tecnologicamente a deixar dominar-se pelo fascínio de um despotismo qualquer, sua afinidade autodestrutiva com a paranoia racista, todo esse absurdo incompreendido manifesta a fraqueza do poder de compreensão do pensamento teórico atual.<sup>13</sup>

Volto a Levi uma última vez, para concluir. Gagnebin comenta que nos contos do escritor italiano identifica-se uma inversão de perspectiva em relação ao tom sempre lúcido dos testemunhos em defesa da liberdade inalienável do homem. Quando escreve ficção, o autor explora “um terreno obscuro e reprimido pela razão iluminista”, que diz respeito à “hipótese aberrante de que talvez a espécie esteja desde sempre orientada para a autodestruição”.

A hipótese parece muito pertinente e assustadoramente próxima hoje em dia, em nossos tempos de mudanças climáticas, extinções em massa e previsões apocalípticas. Apesar da diferença de perspectiva, contudo, os contos têm um traço em comum com os relatos sobre o campo de

concentração: a “nostalgia de um mundo que se perdeu e que parecia coerente”, nas palavras de Gagnebin.

Olhamos para o passado e vemos um desenvolvimento que obedece a um progresso necessário, uma luta por avanços sociais e políticos na qual sabíamos nomear as forças que atuavam, a oposição e a situação, que pareciam anunciar hegelianamente a superação dos conflitos. Acometido por essa nostalgia, considero extremamente desconcertante que livros escritos por intelectuais judeus durante a Segunda Guerra Mundial possam falar de nós hoje, aqui e agora.

### Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

KANT, Immanuel. “Resposta à pergunta: o que é esclarecimento?”. In: *Textos seletos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

KANT. *Ideias de uma história universal do ponto de vista cosmopolita*. São Paulo, Brasiliense, 1986

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

TODOROV, Tzvetan. *O espírito das Luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008.

---

Pedro Sússekind é professor do Departamento de Filosofia da UFF.

<sup>1</sup> LEVI, 1988, p. 171

<sup>2</sup> LEVI, 1988, p. 34.

<sup>3</sup> ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 11.

<sup>4</sup> TODOROV, 2008, p. 40.

<sup>5</sup> TODOROV, 2008, p. 41.

<sup>6</sup> ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 12.

<sup>7</sup> ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 12.

<sup>8</sup> KANT, 1986, p. 17.

<sup>9</sup> ADORNO, 2009, p. 61.

<sup>10</sup> LEVI, 1988, p. 36.

<sup>11</sup> LEVI, 1988, p. 219.

<sup>12</sup> ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 13.

<sup>13</sup> ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 13.